

2º SIMULADO

DEPEN

AGENTE FEDERAL DE
EXECUÇÃO PENAL

PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

2º Simulado DEPEN

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DEPEN-24-05>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

TEXTO I

Pixis foi um músico medíocre, mas teve o seu dia de glória no distante ano de 1837.

Em um concerto em Paris, Franz Liszt tocou uma peça do (hoje) desconhecido compositor, junto com outra, do admirável, maravilhoso e extraordinário Beethoven (os adjetivos aqui podem ser verdadeiros, mas – como se verá – relativos). A plateia, formada por um público refinado, culto e um pouco bovino, como são, sempre, os homens em ajuntamentos, esperava com impaciência.

Liszt tocou Beethoven e foi calorosamente aplaudido. Depois, quando chegou a vez do obscuro e inferior Pixis, manifestou-se o desprezo coletivo. Alguns, com ouvidos mais sensíveis, depois de lerem o programa que anunciava as peças do músico menor, retiraram-se do teatro, incapazes de suportar música de má qualidade.

Como sabemos, os melômanos são impacientes com as obras de epígonos, tão céleres em reproduzir, em clave rebaixada, as novas técnicas inventadas pelos grandes artistas.

Liszt, no entanto, registraria que um erro tipográfico invertera, no programa do concerto, os nomes de Pixis e Beethoven...

A música de Pixis, ouvida como sendo de Beethoven, foi recebida com entusiasmo e paixão, e a de Beethoven, ouvida como sendo de Pixis, foi enxovalhada.

Esse episódio, cômico se não fosse doloroso, deveria nos tornar mais atentos e menos arrogantes a respeito do que julgamos ser arte.

Desconsiderar, no fenômeno estético, os mecanismos de recepção é correr o risco de aplaudir Pixis como se fosse Beethoven.

(Charles Kiefer)

01. Infere-se do texto que, na ocasião do concerto em Paris, em 1837, o público julgou as composições apenas com base nas designações equivocadas no programa do concerto.

02. O autor do texto apresenta a narrativa do concerto de Liszt com o propósito de dar notoriedade à carreira de Pixis.

03. No trecho: “A não identificação ajuda, uma vez que as pessoas se sentem mais protegidas para denunciar”, a correção gramatical e o sentido seriam preservados caso se substituísse o termo “uma vez que” por “contanto que”

04. Na frase: “Sem respiradores nos leitos de UTI, seria impossível salvar vidas na pandemia”, a forma verbal “seria” exprime uma ideia de hipótese dependente de uma condição.

05. Na frase: “Se o cliente aceitar informar a senha confidencial, pode se tornar vítima de fraude”, mantendo-se a coerência e a correção gramatical, o verbo “aceitar” poderia ser substituído por “enjeitar”

06. Em: “Sabe-se que a maioria dos congressistas está em desacordo com a medida provisória”, a oração introduzida pelo elemento “que” funciona como sujeito da oração que inicia o período.

07. Em: “ Trata-se de uma visão vanguardista para a época” se a expressão “uma visão vanguardista” fosse substituída por **ideias vanguardistas**, seria necessário alterar a forma verbal “Trata-se” para **Tratam-se**, para se manter a correção gramatical do trecho.

08. A frase a seguir: “Assisti o jogo inteiro até tarde”, apresenta o correto emprego de regência do verbo assistir.

09. O trecho “é necessário que haja a apuração dos fatos”, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical, poderia ser reescrito da seguinte forma: **é necessário que hajam fatos apurados.**

10. No trecho: “As escolas precisam considerar os contextos globais e locais para formar cidadãos comprometidos com seu papel transformador na sociedade, respeitadas as multiculturas, as identidades e as diversidades constitutivas do mundo contemporâneo”, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical, o adjetivo “respeitadas” encontra-se no plural porque concorda com os termos “multiculturas”, “identidades” e “diversidades”.

11. Na frase a seguir: “A política de cotas para mulheres não tem sido rigorosamente aplicada nas eleições” seria correto o emprego da forma **quotas** em lugar de “cotas”, uma vez que as duas são consideradas pertencentes ao vocabulário da língua portuguesa.

12. No trecho “o apartamento onde vivemos juntas”, o vocábulo “onde” poderia ser substituído por “em que”, mantendo-se os sentidos e a correção gramatical

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

13. Sobre a ética e a moral julgue a assertiva abaixo:
Podemos dizer que a ética é o conhecimento que oferta ao homem critérios para escolha da melhor conduta, tendo em conta o interesse de toda a comunidade humana.

14. Julgue a assertiva abaixo:

Ética e moral dizem respeito a uma realidade humana construída histórica e socialmente por meio das relações coletivas dos seres humanos enquanto sociedade.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

No argumento seguinte, as proposições P1, P2, e P3 são as premissas e C é a conclusão.

- P1: Se hoje é sábado, então jogarei futebol.
- P2: Não jogarei futebol ou fico cansado.
- P3: Se estudo, então não fico cansado.
- C: Se hoje é sábado, então não estudo.

Considerando esse argumento, julgue os itens a seguir.

15. A proposição P2 é logicamente equivalente à proposição “Se não fico cansado, então não jogarei futebol”.

16. A negação da proposição P3 é logicamente equivalente a “Se fico cansado, então não estudo”.

17. Se a proposição “Não fico cansado” for falsa, então a proposição P2 será necessariamente verdadeira.

18. O argumento em questão é válido.

Considerando que um estudo a respeito da saúde dos servidores de um determinado órgão do Distrito Federal tenha mostrado que, se A = “o servidor não apresenta depressão” e B = “o servidor dorme bem”, então $P(A) = 0,9$ e $P(B) = 0,6$, julgue os itens a partir dessas informações.

19. Os eventos A e B não são mutuamente excludentes e $0,5 \leq P(A \cap B) \leq 0,6$.

20. Se os eventos A e B forem independentes, então $P(A \cap B) = 0$.

A Polícia Civil do Distrito Federal designará 20 policiais, sendo 14 homens e 6 mulheres, para implantar uma nova ação para combater o tráfico de drogas. Esses 20 policiais serão divididos em quatro grupos de 5 pessoas. Cada grupo desempenhará uma função diferente na nova ação. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

21. O número de maneiras distintas de realizar a divisão dos 20 policiais em quatro grupos de 5 pessoas é igual a $\frac{20!}{(5!)^4}$.

22. Se o primeiro grupo for composto apenas por homens, então há mais de 2.000 maneiras diferentes de realizar a escolha desse grupo.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

Em relação a ataques as redes e serviços, julgue o próximo item.

23. Os ataques do tipo spear phishing são realizados com o envio aleatório e em massa de mensagens enganosas, geralmente e-mails, com a tentativa de obtenção de dados sigilosos e informações bancárias das vítimas.

Com relação aos sistemas operacionais Windows e aos programas da Microsoft, julgue as afirmativas a seguir.

24. Considerando o Word 2016, a opção da guia revisão chamada “Controlar Alterações”, precisa ser ativada pelo usuário para registrar as alterações em um documento e realizar marcações do que está sendo alterado ao longo da edição.

25. Documentos criados pelo PowerPoint 2016 podem ser salvos, em sua configuração padrão, com a extensão de arquivo .PPSX. Esse formato permite que os arquivos sejam abertos, automaticamente, no modo de exibição de apresentação.

26. Considerando que em uma pasta de trabalho do Excel 2016, configuração padrão, o usuário criou 3 planilhas, Plan1, Plan2 e Plan3. Ele deseja realizar na célula A1 da Plan1 um cálculo onde o resultado deverá ser a soma do valor presente na célula A1 da Plan2 com o valor da célula A1 da Plan3. Para isso, ele poderá inserir na célula A1 da Plan1 a seguinte expressão: **=Plan2!A1+Plan3!A1**.

27. A ferramenta de análise de dados Microsoft Power BI é considerada uma plataforma de dados que fornece aos seus usuários vários métodos para agregar, analisar, visualizar e compartilhar seus dados estatísticos de forma totalmente oposta ao processador de planilhas Excel.

Com relação aos conceitos e modos de utilização das ferramentas associadas à Internet e à intranet, julgue o próximo item.

28. O termo Cookie pode ser empregado para descrever pequenos arquivos que são enviados ao computador do usuário pelos sites, com o objetivo de armazenar informações de preferências sobre as visitas ao site.

Em relação a segurança da informação e comunicação a distância, julgue os itens subsequentes.

29. Programas do tipo vírus podem apagar diversos tipos de arquivos que tenham sido criados por ferramentas de edição de texto, planilha e etc. Porém, não são capazes de infectar arquivos de funcionamento do sistema operacional.

30. Existem diversos protocolos e técnicas de comunicação para estabelecimento e controle de vídeo chamada. O protocolo RTCP, *real-time transport control protocol*, pode ser utilizado para identificar a qualidade na distribuição dos dados em um fluxo de comunicação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

Sebastião, pedreiro, constituiu legalmente, no município de Formiga-MG, juntamente com outros dois colegas de profissão, sindicato de sua categoria, o qual já funciona há seis meses. Com o intuito de obter melhores condições de trabalho e renda, pretendem organizar, no próximo fim de semana, ato público na praça central da Cidade.

Considerando a situação hipotética narrada, no que se refere aos direitos e garantias fundamentais, julgue os próximos dois itens.

31. A reunião programada por Sebastião poderá ocorrer, pois todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida a prévia autorização da autoridade competente.

32. O sindicato fundado por Sebastião não pode impetrar mandado de segurança coletivo, uma vez que está constituído e funcionando há menos de um ano.

33. Cláudio é pai de Pedro e avô de José. Cláudio possui sessenta e cinco anos de idade, Pedro possui quarenta anos de idade e José quinze anos de idade. Considerando o regramento constitucional, é possível afirmar que o voto é facultativo para

Cláudio; Pedro pode se candidatar para Senador e José ainda não possui direito a voto.

Julgue os itens que se seguem, relativos à segurança pública, conforme definição constitucional.

34. As polícias penais são vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem e elas cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

35. Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas ao patrulhamento ostensivo e à preservação da ordem pública, bem como à proteção de seus bens, serviços e instalações.

Acerca dos direitos sociais, julgue o próximo item.

36. Os direitos sociais previstos na Constituição Federal, uma vez que possuem a condição de direitos fundamentais, possuem aplicação imediata.

Três amigos conversavam em um restaurante sobre nacionalidade. Bob, australiano, tem residência ininterrupta no Brasil há quatorze anos e não tem condenação penal. Maurício, nasceu em Singapura, enquanto sua mãe, brasileira, lá estava a serviços da República Federativa do Brasil. E Joaquim é português, com residência no Brasil há um ano.

Considerando as disposições previstas na Constituição Federal, julgue o item a seguir.

37. A Joaquim são atribuídos todos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição, se houver reciprocidade em favor de brasileiros. Maurício é brasileiro nato e Bob poderá ser brasileiro naturalizado se assim requerer.

Em relação ao Poder Executivo, julgue o item a seguir.

38. A Constituição Federal de 1988 adotou expressamente o presidencialismo, modelo no qual as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo são exercidas pelo Presidente da República, sendo exemplo desta última, a competência para nomear e exonerar os Ministros de Estado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thallius Moraes

Levando em consideração as regras constitucionais acerca dos servidores público e as disposições previstas na Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico único dos servidores públicos civis federais, analise as próximas assertivas.

39. A aposentadoria compulsória, que ocorre aos setenta e cinco anos de idade, não se aplica aos servidores ocupantes unicamente de cargo em comissão.

40. É permitida a prestação de serviços gratuitos, exceto nos casos expressamente previstos em lei.

41. A nomeação, forma de provimento originário, será feita em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira e em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.

Acerca dos Poderes da Administração e da Responsabilidade Civil do Estado, analise os próximos itens.

42. O abuso de poder, que pode ser configurado mediante condutas comissivas ou omissivas, comporta as modalidades excesso de poder e desvio de poder.

43. Em caso de omissões estatais, a responsabilidade civil aplicável é orientada pela teoria subjetiva. Contudo, em determinadas situações, a responsabilidade civil do Estado será objetiva, mesmo diante de omissões, como no caso de homicídio de um detento dentro do estabelecimento prisional, por exemplo.

Acerca das Licitações e Contratos Administrativos, levando em consideração as normas traçadas na Lei 8.666/93 e no Decreto 10.024/19, analise as próximas assertivas.

44. Para a reforma de um estabelecimento penal, em situações de grave e iminente risco à segurança pública, é admissível a contratação direta, mediante dispensa de licitação.

45. Em caso de contratação de serviços a serem prestados de forma contínua, o contrato administrativo poderá ter sua duração prorrogada por até quarenta e oito meses, com o objetivo de alcançar condições mais vantajosas para a Administração.

46. A aquisição de bens e serviços comuns será feita mediante pregão na sua modalidade eletrônica. Tal forma de contratação, contudo, não é admitida para alienações, obras e serviços de engenharia, de qualquer natureza.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

47. Segundo o disposto no Código Penal (CP), a lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente se aplica aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. Trata-se do princípio da *novatio legis in melius*.

48. De acordo com o princípio da territorialidade da lei penal, se um crime for cometido dentro de um navio público brasileiro, ainda que em alto-mar, o delito deverá ser julgado pela justiça brasileira.

49. A superveniência de causa relativamente independente, exclui a punibilidade quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

50. Não há de se falar em crime quando o autor pratica a conduta em estrito cumprimento de dever legal e na obediência hierárquica.

51. João e Pedro ajustaram entre si a prática de um furto a uma loja de produtos importados que julgavam estar abandonada. Segundo o acerto, João entraria na loja, de lá subtrairia um televisor, no valor de R\$ 3.500,00, e retornaria ao carro em que Pedro, ao volante, o estaria aguardando.

No dia do crime, 15 de março de 2004, por volta das onze horas da manhã, João, ao ingressar na loja, deparou-se com Maria, que lá estava sem que João ou Pedro o soubessem. Antes de subtrair o televisor, João, com a intenção de matar Maria e com isso assegurar o proveito da subtração, atacou-a com uma faca e produziu ferimentos que acarretaram, posteriormente, a retirada de um de seus rins. Maria, no momento da investida de João, resistiu e atingiu-o com um forte soco, que provocou a fratura de um dos ossos do rosto de João.

Impossibilitado de prosseguir no ataque a Maria, em razão da intensa dor que sentiu no rosto, João fugiu e levou consigo o televisor para o carro em que Pedro o aguardava.

Maria, empregada da loja, mesmo ferida pela faca utilizada por João, telefonou para a polícia, que, imediatamente, de posse da descrição de João e do carro utilizado na fuga, pôs-se a procurá-lo nas redondezas.

No final da tarde, a polícia efetuou a prisão de João e de Pedro, que já tinham vendido a Carlos, sabedor da origem criminosa, o televisor subtraído da loja.

A respeito da situação hipotética acima, julgue o item a seguir.

Pedro deve responder pelo crime de furto na qualidade de partícipe e terá, por isso, sua pena atenuada.

52. Preencher uma folha de cheque em branco, sem autorização do titular da conta bancária vinculada, e almejando sua utilização irregular no futuro para a aquisição fraudulenta de bens, constitui crime de falsificação de documento particular.

53. Comete o crime de tráfico de influência Servidor Público que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da sua qualidade de servidor.

54. O crime de peculato-furto ocorre quando o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, do valor ou do bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

55. A lei processual penal será aplicada de imediato, não interferindo nos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

56. A lei processual penal não admitirá interpretação extensiva, somente utilizará como suplemento os princípios gerais de direito e a aplicação analógica.

57. Nos crimes em que couber ação penal privada, o inquérito policial somente será iniciado mediante representação do ofendido ou requisição do Poder Judiciário.

58. Após a realização de diligências e a apuração dos fatos, a autoridade fará minucioso relatório acerca dos elementos coletados na investigação e enviará os autos ao Ministério Público.

59. O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser iniciado sem ela ser iniciado.

60. Em qualquer momento da ação penal, o ofendido poderá exercer o direito de se retratar da representação.

61. Em relação às garantias constitucionais do preso, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre deverão ser comunicados no prazo de vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

62. Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar.

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ricardo Torques

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) representa um marco na história dos direitos humanos. Sobre esse importante documento, julgue os itens a seguir:

63. A Declaração Universal dos Direitos humanos foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1948 e foi editado como tratado internacional de direitos humanos.

64. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento completo, abordando os direitos de primeira, segunda e terceira dimensões.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) busca dar concretude aos direitos humanos básicos dos brasileiros, alinhando as políticas públicas aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Desse modo, julgue os itens seguintes:

65. O PNDH-1 conferiu ênfase aos direitos civis e políticos, sendo estruturado em propostas a serem implementadas pelos órgãos governamentais definindo metas de curto, médio e longo prazos.

66. O PNDH-2 abordou mais enfaticamente os direitos sociais, econômicos e culturais, prevendo ações específicas concretizadoras dos direitos à educação, à previdência e assistência social, do trabalho e moradia.

A Constituição Federal de 1988 apresenta vários dispositivos garantidores e efetivadores dos direitos humanos. Com base no texto constitucional e no posicionamento dos Tribunais Superiores, julgue os itens:

67. Os direitos humanos positivados ao longo do texto constitucional, e de modo especial no art. 5º, constituem um rol taxativo dependendo de emenda para que possam ser modificados.

68. De acordo com o art. 5º, §3º da Constituição Federal, todos os tratados internacionais podem ser equivalentes às emendas constitucionais.

69. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 54, decidiu que não constitui crime a interrupção da gravidez na hipótese de anencefalia do feto. Nesse caso, mãe e equipe médica dependem de autorização judicial para a cirurgia de retirada do feto.

Com base nas disposições da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84) sobre o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, os Conselhos Penitenciários e da Comunidade, julgue o item:

70. O Conselho Penitenciário, como órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, deve ser composto por professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, além de representantes da comunidade.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Paulo Guimarães

71. O condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa não poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo.

72. Nos termos da Lei nº 12.850/2013 julgue a assertiva abaixo:

As penas aumentam de 1/3 a 2/3 se na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo.

73. Julgue o item abaixo:

A lavagem de dinheiro é considerada crime derivado ou acessório, pois pressupõe a ocorrência de delito anterior. Não se admite a sua existência quando o ativo financeiro é proveniente de infração penal cometida posteriormente aos atos acoimados como sendo de lavagem.

74. Sobre o crime de lavagem de dinheiro, é correto afirmar que a Lei no 9.613/1998 definiu que a importação e a exportação de bens com valores irreais apenas atingem a sonegação fiscal correspondente ao tributo sonegado, não caracterizando o crime de lavagem.

75. As condutas descritas na Lei de Abuso de Autoridade constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

76. A inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 3 (três) a 5 (cinco) anos é um dos efeitos da condenação previstos na Lei 13.869 de 2019 (Lei dos Crimes de Abuso de Autoridade).

77. De acordo com a Lei nº 12.846/2013 subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

78. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

79. De acordo com a Lei. 10. 826 de 2013 é proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional.

80. Compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

EXECUÇÃO PENAL

Marcos Girão

Com relação ao Decreto nº 9.489/2018, que regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, julgue os itens que se seguem.

81. O Ministério da Defesa, responsável pela gestão, pela coordenação e pelo acompanhamento do Susp, orientará e acompanhará as atividades dos órgãos integrados ao Sistema.

82. A Comissão Permanente do Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social tem a função de coordenar a avaliação dos objetivos e das metas do PNSP. É correto afirmar que a Comissão Permanente será composta por 06 representantes, titulares e suplentes, indicados e designados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

83. Caberá ao Ministério da Justiça e Segurança Pública elaborar o PNSP, que deverá incluir o Plano de Nacional de Enfrentamento de Homicídios de Jovens, além de estabelecer suas estratégias, suas metas, suas ações e seus indicadores, direcionados ao cumprimento dos objetivos e das finalidades estabelecidos na Lei nº 13.675, de 2018.

Analise as próximas assertivas conforme o texto da Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

84. É uma premissa da DNAISP a articulação política para fortalecer a doutrina de atuação integrada, visando a implantação e operacionalização do Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle (SIC4).

85. O princípio da Liderança Situacional é representado por uma atuação de maneira eficaz e pontual com informações preventivas, possibilitando o melhor emprego das forças.

86. O princípio básico em utilização do SIC4 é o monitoramento e a execução das atividades integradas sob a ótica da liderança situacional, observando-se as atribuições constitucionais, a partir de ambiente comum, ainda que existam instalações específicas de algumas agências funcionando paralelamente, de modo que possa haver a interoperabilidade entre elas com o uso de sistemas de monitoramento compartilhados e o fluxo de comunicação estabelecido.

Nos termos do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária 2020-2023, julgue os próximos itens.

87. Situação hipotética. Harmonia Jacintho, servidora do Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi convidada para dar uma palestra sobre o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária 2020-2023. Ao iniciar sua palestra, informou aos convidados que a diretriz geral da política criminal deve ter como foco reduzir os índices de violência, ampliar a sensação de segurança, diminuir a impunidade e difundir a cultura da paz, mediante a adoção de estratégias e ações com suporte em dados e evidências. **Assertiva.** A Sra. Harmonia Jacintho prestou informação correta para seus expectadores.

88. O Programa Fortalecimento das Polícias Judiciárias (PFPJ) estabeleceu 4 eixos principais, a saber: Macrocriminalidade Endógena; Crime Organizado e Narcotráfico; Criminalidade Violenta; Corrupção Policial.

89. É de extrema importância que haja operadores treinados e qualificados na arte de investigar crimes. E para que tais operadores tenham sucesso em seu trabalho, necessário se faz que o órgão ao qual esteja vinculado, invista em equipamentos de ponta sintonizados com a evolução tecnológica, em meios materiais eficazes (como, por exemplo, viaturas modernas e seguras, armamento com calibres compatíveis com o grau de enfrentamento), em ambiente de trabalho saudável à luz da legislação trabalhista e em recursos financeiros de rápida alocação.

Acerca da Portaria Interministerial MJ/SEDH nº 4.226/2010, julgue os itens que se seguem.

90. Instrumentos de menor potencial ofensivo são o conjunto de procedimentos empregados em intervenções que demandem o uso da força, através do uso de técnicas de menor potencial ofensivo, com intenção de preservar vidas e minimizar danos à integridade das pessoas.

91. Deverão ser incluídos nos currículos dos cursos de formação e programas de educação continuada conteúdos sobre técnicas e instrumentos de menor potencial ofensivo.

De acordo com a Portaria MJSP nº 65/2019, julgue os itens que se seguem

92. Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) contará com uma Coordenação Institucional que ficará responsável pelo planejamento, articulação, gestão e ação. Não está incorreto afirmar que a competência para designar e dispensar os servidores responsáveis pela Coordenação Institucional foi subdelegada ao Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional.

Acerca da Lei Federal nº 7.210/1984, que institui a Lei de Execução Penal, julgue os itens subsequentes.

93. A identificação do perfil genético será armazenada em banco de dados sigiloso, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo. É mandatório que tal regulamentação contenha garantias mínimas de proteção de dados genéticos, observando-se as melhores práticas da genética forense.

- 94. Situação hipotética.** O condenado Jotacá Dois Mil e Um praticou um crime doloso que ocasionou subversão da ordem interna do estabelecimento penal onde cumpria sua pena. Após apuração do fato, Jotacá foi submetido Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), além de passar a responder pelo crime cometido. **Assertiva.** Jotacá poderá ficar submetido ao RDD pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie.
- 95.** A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos, 60% da pena, se o apenado for reincidente, por exemplo, em crime equiparado a hediondo. Será submetido à mesma regra o preso que tenha cometido o crime de tráfico de drogas privilegiado.
- 96.** Na atribuição do trabalho ao preso, deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras dele, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado. No entanto, deverá ser limitado o artesanato sem expressão econômica.
- 97.** É correto afirmar que as cadeias públicas destinam-se ao recolhimento de presos provisórios e condenados com pena privativa de liberdade de detenção. Cada comarca terá, pelo menos 1 (uma) cadeia pública a fim de resguardar o interesse da Administração da Justiça Criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar.
- 98. Situação hipotética.** O preso Pretende Reduzido, já cumprindo sua pena em estabelecimento penal, recusou-se a se submeter ao procedimento de identificação do perfil genético, alegando ter proteção legal de não ser obrigado a tal procedimento. **Assertiva.** É seguro afirmar que a recusa do preso Reduzido é conduta considerada como falta grave.
- 99. Situação hipotética.** Sansão Shazam é estrangeiro e está cumprindo prisão provisória em um estabelecimento penal. Sob ele recaem fundadas suspeitas de envolvimento em milícia privada. **Assertiva.** Ainda que não tenha cometido qualquer falta grave durante o cumprimento de sua pena, é correto afirmar que ao preso Shazam será aplicado o Regime Disciplinar Diferenciado.
- 100.** A decisão do juiz que determinar a progressão de regime, a concessão de livramento condicional, o indulto e a comutação de pena deverá ser sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor, respeitados os prazos previstos nas normas vigentes.
- 101.** Caso determinado preso passe seus primeiros 3 (três) meses no regime disciplinar diferenciado sem receber qualquer visita, ele poderá, após prévio agendamento, ter contato telefônico com uma pessoa da família, 2 vezes por mês e por 15 (quinze) minutos. Esse contato telefônico será necessariamente gravado.
- 102.** Deferido o pedido de livramento condicional, o Juiz especificará as condições a que fica subordinado o livramento. Serão sempre impostas ao liberado condicional as seguintes obrigações: obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho, comunicar periodicamente ao Juiz sua ocupação e não mudar, em qualquer hipótese, do território da comarca do Juízo da execução.

103. São sanções disciplinares aplicáveis aos presos enquanto cumprem suas penas em estabelecimentos penais: a advertência verbal, a repreensão, a suspensão ou restrição de direitos, o isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo e a inclusão no regime disciplinar diferenciado. Todas devem ser aplicadas por prévio e fundamentado despacho do juiz competente

104. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. A assistência estende-se ao egresso e será material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

105. A classificação do condenado será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. Essa Comissão deverá existir em cada estabelecimento e, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social,

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tiago Zanolla

Jamelão ingressou em estabelecimento penal, teve bom comportamento reconhecido, colaborou com a disciplina e se dedicou ao trabalho.

Bilbo provocou perturbações com vaias. Thor defecou no chão da cela e passou nas paredes. Antônio Estaque, recusou-se a deixar a cela quando determinado. João das Neves possuía uma faca na cela.

À luz do Decreto n. 6.049/2007 e acerca de tais fatos e do regime disciplinar, julgue os itens a seguir.

106. As faltas disciplinares, segundo sua natureza, classificam-se em leves, médias, graves e gravíssimas.

107. Bilbo praticou falta disciplinar de natureza leve.

108. Thor praticou falta disciplinar ato de natureza leve.

109. Antônio Estaque praticou falta disciplinar de natureza média.

110. João das Neves praticou falta disciplinar de natureza grave.

111. A advertência verbal e por escrita é punição de caráter educativo, aplicável às infrações de natureza leve.

112. Compete ao diretor do estabelecimento penal federal a aplicação das sanções disciplinares referentes às faltas médias e leves, ouvido o Conselho Disciplinar, e à autoridade judicial, as referentes às faltas graves.

113. São recompensas o elogio, a concessão de regalias e a redução da pena pelos dias efetivamente trabalhados.

114. Assistir a sessões de cinema fora do horário normal é considerada uma regalia.

115. Se Dartinho praticar um ato do interesse comum, poderá receber um elogio.

116. Segundo a Lei n. 11.671/2008, a inclusão de preso em estabelecimento penal federal de segurança máxima será excepcional e por prazo determinado.

117. Segundo a Lei n. 11.671/2008, a inclusão em estabelecimento penal federal de segurança máxima, no atendimento do interesse da segurança pública, será em regime fechado de segurança máxima e tem como características o recolhimento em cela individual.

118. Segundo o Manual de Assistências do Sistema Penitenciário Federal (Portaria DISPF n. 11/2015), o preso, ao ingressar na penitenciária federal, receberá um enxoval.

119. Segundo a Lei n. 11.473/2007, as atividades de cooperação federativa no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública serão desempenhadas por militares dos Estados e do Distrito Federal e por servidores das atividades-fim dos órgãos de segurança pública, do sistema prisional e de perícia criminal dos entes federativos que celebrarem convênio.

Se forem insuficientes os convênios firmados entre a União e os entes federados para suprir a previsão do efetivo da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), e em face da necessidade de excepcional interesse público, as atividades poderão ser desempenhadas em caráter voluntário por reservistas que tenham servido como militares temporários das Forças Armadas e passado para a reserva há menos de dez anos.

120. Segundo o Decreto n. 6.877/2009, o processo de inclusão e de transferência, de caráter excepcional e temporário, terá início mediante requerimento da autoridade administrativa, do Ministério Público ou do próprio preso.

Prova Discursiva

Marcio Damasceno / Carlos Roberto

Ministro Dias Toffoli assina termo que capacita CNJ a estimular adoção de penas alternativas

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, e o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, assinaram hoje (24) um termo de execução descentralizada que permite a transferência inicial de R\$ 20 milhões ao CNJ para desenvolver estratégias que reduzam a superlotação carcerária por meio do incremento da adoção de penas alternativas. [...] Toffoli saudou a iniciativa como o primeiro passo concreto, dado conjuntamente pelos Poderes Judiciário e Executivo, para o enfrentamento da crise penitenciária no País, e afirmou que a parceria põe em prática um dos compromissos de sua gestão.

O ministro destacou que a adoção de penas alternativas à prisão para punir o cometimento de delitos de menor potencial ofensivo exige uma mudança cultural por parte dos juízes, com o objetivo de oferecer uma opção real ao encarceramento, sem comprometer a segurança pública. Enfatizou ainda que a medida será uma forma de dar resposta a uma decisão do STF que, em 2015, ao julgar uma ação que pedia à Corte que reconhecesse a violação de direitos fundamentais da população carcerária e adotasse providências, reconheceu o estado inconstitucional de coisas no sistema penitenciário brasileiro e determinou o descontingenciamento de verbas do Funpen e a realização de audiências de custódia em até 24 horas, contadas do momento da prisão.

“O Conselho Nacional de Justiça pretende, com esses valores repassados pelo Ministério da Segurança Pública, fazer-se presente em todos os Tribunais do país, oferecendo assistência técnica para a implementação de um efetivo controle de vagas do sistema prisional, única saída capaz de romper com o atual quadro caótico em que nos encontramos. Faremos, em cada uma das 27 unidades da federação, diagnósticos locais relacionados à aplicação e execução das medidas alternativas à prisão, criando condições para que os serviços de acompanhamento de pessoas que cumprem penas e medidas em liberdade sejam implantados”, disse o ministro Toffoli.

[...]

Jungmann reconheceu que o Estado brasileiro não tem condições de garantir a vida dos detentos e também falha no processo de ressocialização da população carcerária que, por não ser aceita de volta à sociedade, termina por reincidir no crime. “O sistema estatal, com mais de 1.400 unidades prisionais, seja pela superlotação, seja pela não observância do princípio constitucional da separação dos apenados pelo tipo de crime cometido, não é capaz de assegurar a vida do detento, e ele então recorre às facções para proteger a própria vida. Ao fazê-lo, ele faz um juramento e se torna um escravo dessas facções, dentro do sistema ou fora dele”, admitiu, acrescentando há cerca de 70 facções criminosas, sendo a maioria delas de base prisional.

Por esse motivo, o ministro da Segurança Pública destacou a importância do estímulo à adoção de penas alternativas, já que reduzirá o problema da superlotação carcerária e também o controle, a atuação e o tamanho dessas facções criminosas.

Com adaptações. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=393619>. Acesso em 20 de maio de 2020.

Considerando que o fragmento de texto apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da SUPERPOPULAÇÃO CARCERÁRIA no Brasil. No seu texto, aborde, necessariamente:

- O perfil da população carcerária brasileira; [valor: 6,00 pontos]
- A superlotação como violação aos direitos humanos; [valor: 6,00 pontos]
- Alternativas para a redução do encarceramento. [valor: 7,00 pontos]

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DEPEN-24-05>

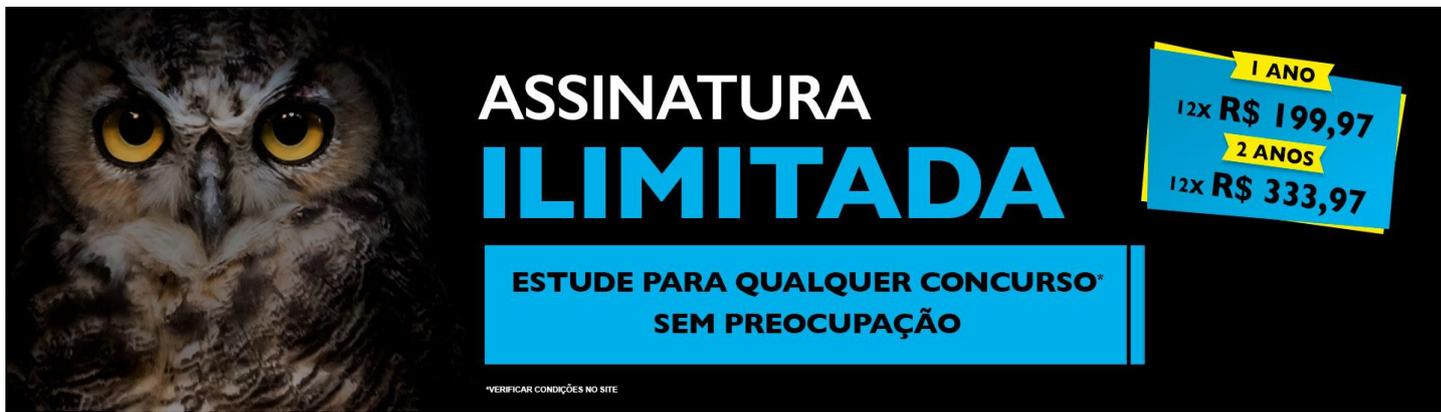
Conheça nosso Sistema de Questões

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



ASSINATURA
ILIMITADA

ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE